

COMUNICADO DE IMPRENSA CONJUNTO

Associações de Vítimas de Abuso na Igreja entregam Dossier no Parlamento e exigem fiscalização do Estado, transparência e fim do "silêncio institucional"

MAIA, 7 de Setembro de 2026 – A Associação DAR VOZ AO Silêncio e a Associação Coração Silênciado entregaram via E-Mail formalmente no passado dia 04/09/2026, um Dossier Parlamentar ao Presidente da Assembleia da República, aos líderes de todos os Grupos Parlamentares e também à Presidência da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Romper o isolamento e garantir uma reparação justa.

É este o mote que levou as duas Associação, avançar com uma exposição oficial dirigida à Assembleia da República, solicitando uma **REVISÃO** e **AUDITORIA EXTERNA** às compensações financeiras atribuídas às vítimas de abusos sexuais no contexto da Igreja Católica em Portugal e a todas as outras vítimas que viram o seu processo arquivado, mesmo com o reconhecimento do seu sofrimento vivido e da verdade da sua traumática experiência de vida.

As duas Associações exigem que o processo de reparação observe critérios estritos de justiça social e dignidade humana.

As duas organizações, representadas por Manuel Fernandes, Eng. (Maia) e António Grosso (Lisboa), sublinham que a iniciativa não visa substituir o papel da Igreja, mas sim exigir que o Estado cumpra o seu dever constitucional de

“Associação "DAR VOZ AO Silêncio e Coração Silenciado”

fiscalização em matéria de direitos fundamentais, dignidade humana e transparência procedimental.

"Não podemos permitir que um processo desta gravidade corra à margem de uma avaliação independente, o estado tem a obrigação moral e legal de garantir que as vítimas não voltem a ser fragilizadas por decisões unilaterais",

como tem acontecido, afirmam os subscritores do documento enviado à Presidência da Assembleia da República e às lideranças do PSD, Chega, PS, IL, Livre, PCP, CDS-PP, PAN e JPP.

O dossiê apela a uma intervenção parlamentar célere para garantir a justiça social e mitigar as profundas assimetrias de poder no modelo de reparações atualmente em curso.

Fundamento Legal: Invocação do poder de fiscalização da Assembleia da República (Artigo 162.º da Constituição da República Portuguesa) sobre matérias que afetam os direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

FIM

Contactos:

- **Associação DAR VOZ AO Silêncio:** Manuel Fernandes, Eng. – 93 401 33 17

E-mail: geral@darvozaosilencio.pt

- **Associação Coração Silenciado:** António Grosso – 934 940 564

E-mail: geral@coraçãosilenciado.pt

Informações adicionais para a imprensa:

NOTA IMPORTANTE ÀS REDAÇÕES :

Associação **DAR VOZ AO Silêncio** informa que, dada a importância desta iniciativa, a seriedade que nos merece as mais altas entidades representativas do País e seus representantes legalmente eleitos, o seu Fundador assume a sua identidade sem recurso a Pseudónimo (Jorge Fernandes, Eng.) que tem vindo a ser utilizado.

Dai que o Dossier Parlamentar se encontra Subscrito pelo Fundador da Associação DAR VOZ AO Silêncio - Manuel Fernandes, Eng.